

NARRATIVAS URBANAS COMO FERRAMENTA PARA APREENDER A CIDADE: REFLEXÕES METODOLÓGICAS

URBAN NARRATIVES AS A TOOL TO APPREHEND THE CITY: METHODOLOGICAL REFLECTIONS

A. Fernanda Comparth

*Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
comparth.fernanda@gmail.com*

RESUMO

Para além de um dado empírico, as diversas narrativas urbanas revelam questões sobre disputas de poder no território, sobre a dinâmica dos bairros e sobre a própria produção das cidades. Os embates, as controvérsias, o que não é dito: tudo isso acrescenta camadas de informação que não devem passar despercebidos na compreensão do urbano. A partir dessa perspectiva, este ensaio se propõe a investigar como narrativas de sujeitos comuns são capazes de contribuir para a compreensão sócio-espacial da cidade e de correntes teóricas sobre o urbano diante do entendimento de quem habita a cidade. Através de trechos de conversas com moradores de Belo Horizonte, analiso como essas narrativas revelam diversas camadas de análise. Proponho que as falas, discursos, percepções dos diversos atores da cidade – suas narrativas – ocupem um lugar de uma prática metodológica pertinente e necessária, um lugar de produção de conhecimento à priori.

Palavras-chave: Narrativas urbanas, imaginário urbano, produção do espaço, participação popular.

Linha de Investigação: 1: Cidade e projeto. **Tópico:** História urbana e história do urbanismo.

ABSTRACT

The various urban narratives reveal questions about power struggles in the territory, dynamics of neighborhoods and production of space, beyond empirical data. The controversies, which is not said: all this adds layers of information that must not go unnoticed in the understanding of the urban context. From this perspective, this essay aims to investigate how narratives of ordinary subjects are able to contribute to the socio-spatial understanding of the city and theoretical currents about the urban in the face of the understanding of those who inhabit the city. Through excerpts of conversations with residents of Belo Horizonte, I analyze how these narratives reveal these different layers of analysis. I propose that the speeches perceptions of the different actors in the city - their narratives - occupy a place of a pertinent and necessary methodological practice, a place of a production of knowledge.

Keywords: Urban narratives, urban imaginary, space production, popular participation.

Research line: 1: City and Project. **Topic:** Urban history and history of urbanism.

Introdução

Para além de um dado empírico, as diversas narrativas urbanas revelam questões sobre disputas de poder no território, sobre a dinâmica dos bairros e sobre a própria produção da cidade. Os embates, as controvérsias, o que não é dito: tudo isso acrescenta camadas de informação que não devem passar despercebidos na compreensão do urbano. Olhar para microhistória, reduzir a escala de investigação e fazer uso de fontes orais são escolhas metodológicas com potencialidades e cuidados específicos. A história oral como fonte historiográfica é foco de várias críticas e descrenças como material válido de estudo das sociedades modernas, a fragilidade embutida nessas fontes é considerada como irreparável por muitos historiadores críticos. Mesmo passível de críticas, a potencialidade da fonte oral é insubstituível: esse tipo de abordagem é a capacidade de trazer informações que não seria possível de outra maneira.

Narrativa, pela definição da língua portuguesa, pode ser compreendida como “ação, efeito ou processo de narrar, de relatar, de expor um fato, um acontecimento, uma situação (real ou imaginária), por meio de palavras; narração” (Narrativa, 2009). Utilizo *narrativas urbanas* como o conjunto de relatos e formas de expressão dos moradores sobre a própria cidade, seu cotidiano, suas perspectivas. A narrativa sintetiza um discurso, um imaginário, um caminho do pensamento, e permite levantar e colocar em pauta outros pontos de vista – diferentes daqueles conhecidos e repetidos no meio acadêmico. Minha hipótese é que essas narrativas transbordam conhecimentos e relevam realidades que podem ampliar e complexificar o estudo do urbano.

“Vizinhanças táticas” é uma pesquisa que se propôs a investigar o funcionamento de associações de moradores em Belo Horizonte, desenvolvido em 2017 como trabalho de conclusão de curso (TCC) em arquitetura e urbanismo. Nesse projeto, conversei com moradores de diferentes regiões de Belo Horizonte e me deparei com uma multiplicidade de visões sobre a vida na cidade, sobre engajamento popular e participação, sobre segurança nas ruas; além de perceber uma complexa rede de relações entre associações de bairro e figuras políticas, moradores e policiais, dentre outros. A percepção da complexidade dessas relações cotidianas relativas à produção do espaço e dos diversos imaginários de cidade contidos nessas narrativas urbanas me levou a escrever este artigo.

O objetivo desse trabalho é verificar como narrativas urbanas acrescentam camadas de informação sobre a cidade através da análise de trechos extraídos de conversas com moradores de Belo Horizonte. Essas entrevistas giraram em torno de como se dá a participação popular em processos de gestão local e de como esses moradores percebem a cidade. Proponho como método olhar para a micro-história e extrair percepções que digam respeito não só ao cotidiano dos entrevistados, mas avancem de alguma maneira em debates teóricos especializados. Nesse contexto específico das associações, procuro avançar no debate sobre participação popular, segurança e pedagogia urbana ao entender como se dá a mobilização popular em processos de gestão local através dos afetos colocados nas narrativas.

As informações obtidas nas narrativas não são analisadas como dados crus e imparciais, sim como uma impressão, uma imagem estampada de um imaginário. A memória, o que fica marcado ou não, passa pelo crivo do sujeito informante, ela é estruturada pelo que ele julga ser importante. O objetivo das entrevistas, do uso de fontes orais, não é traçar uma datação rigorosa de fatos ou tecer uma história comprovadamente sem furos, sem erros, neutra. O que interessa é captar a cidade através do olhar dos seus moradores, dos seus afetos, das palavras e expressões de quem a vive cotidianamente. Nesse sentido, os termos empregados importam, o que ficou na memória e o que ficou esquecido importa, ouvir o que propositalmente não é

comentado importa. Através de todas essas percepções a história é compreendida e também passa pelo meu crivo de pesquisadora – que é particular, corporificado, racializado - ao ser transmitida.

1. Vizinhanças Táticas: narrativas urbanas

Os primeiros trechos analisados dizem respeito à relação entre associações de moradores e figuras políticas. Os entrevistados pertencem a associações distintas e não se conhecem ou mantêm contato, apenas relatam sobre aquilo que experienciam em seus bairros. Essa complexa e estreita relação é mutualística: os políticos fazem uso dela a fim de se promoverem – desvirtuando suas funções – e as associações cedem a pressão devido a dificuldade de reivindicarem mudanças pelas vias legais do Estado. O posicionamento, a forma de atuação e algumas contradições dessas associações, além do cenário político que enfrentam, podem ser observados nos relatos abaixo.

“Eu acho que associações de bairro têm uma posição muito importante na cidade e que às vezes ela é pouco valorizada, tanto pelos participantes como pelas próprias pessoas que não participam. Mas tem umas pessoas que valorizam muito isso, que são alguns **políticos interesseiros**¹. Todas as associações de bairro, não só aqui na Boa Viagem, tem sempre algum político rondando, né? As associações sempre são apartidárias, independentes e tal, mas esses políticos rondam, eles fazem promessas como... eu vi, por exemplo, no bairro Serrano. O vereador lá foi reeleito, que é o Juninho Los Hermanos, como se fosse o vereador que conseguiu asfaltar as ruas do bairro. Na realidade a gente sabe que um vereador não tem essa função, nem essa obrigação e nem essa condição. Se a população se organiza e pressiona a Prefeitura ela consegue o asfaltamento independente do vereador. No entanto, os moradores do bairro todo acreditam que foi o Juninho Los Hermanos que conseguiu o asfalto pro bairro. [...] Quando um deputado ou vereador aproxima de uma associação e fala que vai conseguir asfaltar a rua, na realidade ele está usando do poder dele para influenciar uma secretaria ou um outro órgão público para fazer um serviço que ela deveria fazer automaticamente. Ele está usando da pressão política dele e isso não é lícito. Isso é um **desvio de função** dele, né? A função de um vereador não é essa. [...] Então a associação acaba conseguindo o que ela quer – e isso é muito importante, óbvio, mas **ela não consegue de uma forma que seria a mais legítima e justa**. Houve ali daquele representante do Poder Público um desvio de função. [...] **A associação poderia fazer por outros caminhos sem pressionar esse indivíduos**, outros caminhos que poderiam mobilizar mais pessoas, envolver todo o bairro na luta; só que isso dá muito trabalho, isso gasta mais tempo, muito mais paciência, né? Mas seria a forma mais legítima e justa, né? Você mobiliza o bairro e o bairro faz pressão na Secretaria, ou na PM, ou na Fundação de Parques e Jardins – seja lá quem for o responsável por aquela questão. E não usar o intermédio de um deputado, um vereador ou um futuro, né. Existem também nessas associações muitas pessoas que as usam

¹ Este e todos os grifos subsequentes são meus, para enfatizar o que será comentado posteriormente.

como um **degrau político**. Isso é muito comum: o sujeito começar na associação de bairro, ganhar uma notoriedade e a partir dali ele se candidatar a algum cargo. Nós temos vários exemplos aqui em Belo Horizonte disso, a pessoa usa a associação como um **trampolim** - e geralmente essa pessoa faz isso orientada por políticos experientes, que não aparecem nesse momento. O sujeito atua na associação como um sujeito independente, apartidário, as pessoas nem sabem que ele é filiado; e a partir daquilo ali ele acaba galgando um cargo, né?" *Fidelis – Associação Boa Viagem*

Fidelis é morador da região centro-sul de Belo Horizonte e, na época da entrevista, membro da Associação dos Moradores da Boa Viagem. Sua fala revela, além da problemática relação das associações e políticos, uma questão importante: a frequente desinformação da população sobre as funções de cada cargo político, o que contribui para uma distorção na relação entre associados e políticos. Quando um indivíduo se propõe a participar e reivindicar transformações no meio em que ele vive, frequentemente sua primeira opção é se envolver com a associação de moradores de seu bairro e, na falta de uma, é comum que ele reúna seus vizinhos para criar uma associação e conseguir reivindicar. No caso da associação do bairro Floresta, por exemplo, os moradores foram pressionados a criar uma associação para conseguir reivindicar, como a moradora Beth comenta:

"Bem, eu vou historiar rapidamente o que aconteceu. Em 2006 aconteceram duas mortes aqui em frente ao prédio. Em nove dias duas pessoas idosas morreram atropeladas porque estavam indo no Carrefour fazer compras. Nós percebemos que o grande problema era a questão da sincronização dos sinais, o tempo dos sinais ali na Itajubá com Contorno, porque ali tem quatro direções. Percebemos que se não houvesse uma mudança ali nunca ninguém ia poder atravessar a rua aqui com tranquilidade, a avenida Contorno. Fomos à BHTrans, um grupo de moradores aqui, e quando chegamos lá a BHTrans falou que o bairro Floresta não tinha associação comunitária nem nenhum tipo de organização e que a gente não tinha nenhum amparo legal para reivindicar. Aqui já teve uma associação mas depois que aconteceu o tombamento histórico do bairro **eles se politizaram demais**, andaram pegando umas verbas, o Ministério Público e a Receita Federal caçaram o CNPJ da associação e ela parou de existir. Então nós falamos: **não é por falta de associação que nós vamos deixar de reivindicar**. [...] Muita gente passou a desconfiar de associação porque muita gente criou associação e foi pras ONG's para fazer política, para ser **trampolim político**. Então as pessoas são muito desconfiadas disso." *Beth Sily – Associação Floresta*

O principal objetivo dessas associações é ter voz diante do poder público para articular mudanças e melhorias para o bairro, essa é a forma que os moradores encontram de participar politicamente da cidade. A interferência desses atores políticos reflete diretamente na imagem que essas associações passam e essa relação é vista como algo nocivo; no entanto, apesar de quase todas as associações negarem esse vínculo, ele existe e é repetidas vezes comprovado. Como Beth comenta, a antiga associação extinta do bairro foi caçada por "se politizar demais". Algumas associações não negam a relação com atores políticos mas afirmam não ser um vínculo político, apenas financeiro. Tal afirmação pode ser lida como uma tentativa de não se comprometer e ainda tirar proveito da situação mas, na prática, o tipo de vínculo não faz tanta

diferença. A imagem do político continua sendo promovida como aquele que efetua mudanças no bairro – mesmo que essa não seja sua função.

“Tem alguns políticos que nos procuram já eleitos e a gente faz pleitos com eles, **eles nos ajudam na obtenção de muita coisa**, muita coisa eles ajudam. **É um relacionamento que não é político, é financeiro**. Como ele representa, foi eleito, nos procura e a gente fala: “oh, nós queremos isso e isso, você pode nos ajudar?”. Tem muitos que ajudam. O Marcelo Aro, por exemplo, nos ajudou em muita coisa aqui quando ele era vereador. Mas politicamente nós não apoiamos ninguém.”
Marco Túlio – Associação Belvedere

Em todas as associações entrevistadas, independente do bairro e da forma de atuação específica de cada associação, o discurso se repete: “não temos vínculos políticos”. Esse caráter apartidário existe para legitimar as associações, que agem – ou deveriam agir – em prol do bairro, sem jogo de interesse. Apesar da constante reafirmação, verifica-se que as negociações com esses atores políticos é recorrente e, ainda que de forma indireta, a promoção política existe. Para entender o porquê isso acontece diante dos riscos, é importante perceber a dificuldade de mobilização e efetividade das iniciativas desses grupos. Ser um associado significa se comprometer com tarefas, inúmeras reuniões, cobranças – tudo isso para muitas vezes não alcançar o objetivo desejado. O grupo de pessoas que se reúne para discutir as pautas nas associações geralmente é um grupo pequeno, se restringe a coordenação. Mobilizar um número grande de moradores para discutir o bairro parece um desafio para a maioria das associações, então as responsabilidades ficam delegadas sempre as mesmas pessoas.

“Tudo nós tivemos que aprender. A Associação teve que aprender tudo, nós componentes da associação não sabíamos de nada. **Nós éramos totalmente crus na política municipal**. Aí nós aprendemos tudo e começamos a participar. Nós tivemos que realmente estudar o que era o OP, o que era participar dos conselhos distritais de saúde, e vai por aí fora. Bem, então, qual é a maior dificuldade da associação? A maior dificuldade da associação sempre foi **congregar pessoas**. Não sei se aqui no bairro Floresta, pelo fato de ter existido uma associação que era famosa, fortíssima, mas que depois por um problema de briga de dinheiro, de verbas, essa associação acabou, foi caçada pelo Ministério Público, e o pessoal daqui ficou muito **desconfiado**.”
Beth Sily – Associação Floresta

É importante perceber todos os fatores dificultadores ao discutir participação popular. Pela via institucional, ao tentar participar ativamente os moradores de um bairro precisam se organizar formalmente em associações, aprender a lidar com o aparelho estatal, aprender sobre política pública e a se organizar e a mobilizar pessoas, precisam lidar com figuras políticas interessadas em se promover a custa das associações. Isso tudo torna o trabalho dessas associações desgastante e frequentemente ineficaz. Os canais de comunicação da população com o Poder Público não são eficientes e, muitas vezes, se destinam apenas à resolução de questões cotidianas, como a falta de poda das árvores ou queima de postes. Questões relativas ao destino de grandes áreas da cidade não são colocadas em pauta para discussão com a população e, quando são, não tem adesão significativa da sociedade civil devido ao despreparo dos cidadãos em lidar com questões técnicas e do próprio Estado em lidar com situações de participação. Através das narrativas de cada entrevistado é possível enxergar redes e relações urbanas que mergulham fundo e revelam outras camadas de problemas no universo da participação popular.

É essencial compreender, diante desse cenário, que a participação não é um favor que os sujeitos da cidade fazem à sociedade. Inclusive, a participação autêntica muitas vezes não é desejada pela máquina burocrática que é o Estado. O primeiro motivo para isso é, como coloca o geógrafo Marcelo Lopes de Souza (2005), uma situação de participação autêntica implica em uma construção conjunta de interesses comuns e forma de viabilizá-los, sem a manipulação de informações pelos técnicos para induzir a opinião pública. Participação autêntica vai além de consulta ou cooptação da população, ela consiste em uma parceria genuína. Isso implica em uma atuação muito mais cautelosa e trabalhosa por parte da gestão pública. Sem dúvidas, atuar de forma arbitrária, só levando em consideração as colocações dos técnicos, seria mais simples e mais rápido. Falta de transparência e canais de diálogo efetivos com o Poder Público também levam ao desencorajamento da população em participar.

Souza, ao discutir questões relativas ao ativismo de bairro, característico das Associações de Moradores, pontua que essa é uma forma de ativismo urbano territorializada por excelência, ou seja, ela se define em princípio por sua relação com o espaço. O ativismo de bairro reage contra a massificação e a deterioração do espaço e tem por base social os moradores. Souza também pontua o problema do bairrismo, caracterizado pelo fechamento ou hostilidade dos moradores em relação à participação de indivíduos de fora do bairro nas discussões locais. Essa situação pode ser problemática ao pensarmos na relação do bairro em relação ao município.

Richard Sennett (2007) discute a dicotomia entre o pensar local, a partir de um planejamento “de baixo para cima”, e a articulação de todas essas localidades em um contexto maior, em um planejamento “de cima para baixo”, que parte da gestão pública. A conclusão que o sociólogo chega é justamente que é necessário que as duas formas de atuação aconteçam em conjunto, de forma dialética. Essa é uma contradição essencial da vida das cidades. Por exemplo, com relação à mobilidade: é importante que exista um planejamento que abranja a cidade inteira, porém como uma rede de transporte impacta localmente também precisa estar em pauta nas discussões.

Paralelamente, não são poucas as situações que o ativismo das associações se organiza em prol da vida de bairro mas se fecha para a cidade. A associação entrevistada do bairro Belvedere, por exemplo, se organiza para fechar através de ações judiciais qualquer comércio que tente se implantar no bairro. “Aqui, ou na área de casas, **nós não permitimos comércio**. E se a Prefeitura concede o alvará nós vamos na justiça e conseguimos suspender”, fala do presidente da Associação. Narrativas como essa revelam o tipo de relação que alguns grupos tem com a cidade, vista como mercadoria. Uma relação que se baseia na compra e venda de direitos e deveres cidadãos é uma negação da possibilidade de uma participação autêntica.

É inegável que existe um valor tático em se utilizar canais institucionais para tentar promover certos avanços, mas é imprescindível se questionar sobre os riscos e armadilhas que esse uso pode trazer consigo. Um dos riscos existentes é cair em uma participação sempre cooptada e pouco genuína. O processo participativo envolve, necessariamente, dois atores: a entidade responsável pelo processo – que define a estrutura, limites, códigos – e os indivíduos ou grupos convidados a participar – que não tem poder de mudar as regras do jogo. O entrave dessa equação seria a limitação dos participantes que, em última instância, não detém o poder de transformar radicalmente o sistema. Um planejamento autônomo consistiria em processos cujas estruturas são definidas no contexto e pelas pessoas envolvidas, e a participação seria concebida para Silke e Baltazar (2012) como uma transição entre o autoritário e esse planejamento autônomo, mas não sem um

salto qualitativo. A participação é, muitas vezes, paradoxal por tentar fazer uma transição suave entre esses opostos e acabar sendo justamente seu empecilho. Nisso consiste a importância de acompanhar de perto essa participação real pelas vias institucionais exposta nas narrativas: verificar se ela tem sido um empecilho ou uma trajetória para uma participação autêntica.

Ao serem indagados sobre o tema segurança, os entrevistados participantes levantaram diferentes pontos de vista sobre o assunto. O que é interessante perceber aqui é como a sensação de segurança para esses moradores específicos é frequentemente percebida como a presença da polícia no bairro ou a presença de câmeras de filmagem. Sobre o esse tema, a moradora Cláudia comenta:

“Quase todas as residências aqui tem câmera. Eu vou colocar aqui também porque pularam meu muro e roubaram a minha bicicleta, não sei como as cachorras não viram. **Aí as câmeras são uma coisa de monitoramento e a rede funciona nisso.** Um vizinho vê ‘tem um carro parado na sua rua com duas pessoas, você está esperando alguém, você sabe quem é?’. A Rede ela funciona entre a gente.”

Um ponto interessante do projeto é a utilização de alguns preceitos preconizados por Jane Jacobs (1961). Ao discutir segurança, a ativista o faz a partir de suas experiências no contexto estadunidense na década e 1960. O primeiro ponto convergente são os “olhos na rua” – consiste nas pessoas que utilizam o espaço público e costumam contemplá-los de suas casas, exercendo uma vigilância natural sobre o que ali acontece. Talvez como uma releitura enviesada, os moradores relatam que fazem isso através das câmeras de segurança. Para Jacobs, os edifícios precisam oferecer a possibilidade de contato visual entre o interior e o espaço público, para que os olhos possam atuar. No bairro Bandeirantes, Cláudia relata que a Polícia recomenda que não se tenha muros que atrapalhem a visão da rua. Mas, contraponto Jacobs e as sugestões da polícia, a moradora pontua:

“Eles falam o seguinte: o muro pode até não deixar a pessoa ver o que tem dentro, mas uma vez que ela pulou, ninguém sabe o que está acontecendo lá dentro. Pessoalmente eu tenho aflição, ainda mais aqui em casa que tem vidro, eu tenho muita aflição de todo mundo saber tudo que está acontecendo na minha casa. ‘Olha, tá saindo, ligou o carro, está saindo é uma **mulher**, está saindo uma menina’. **Monitorar a sua rotina, eu me sentiria muito exposta de alguém monitorando minha rotina.** Eu me sinto mais segura com muro, isso não resta dúvidas.”

Uma outra percepção do assunto é relatada por pelo morador Fidelis, a partir de sua vivência:

“Eu vejo uma outra questão aqui, é que as pessoas não tem o contato dos seus apartamentos com a rua, geralmente por causa da coisa do prédio, né, que tem garagem no segundo e terceiro andar. O tipo de construção aqui nessa região mesmo, a não ser os prédios mais velhos como o meu e os dois aqui do lado, as pessoas não tem acesso à rua. Elas não conseguem chegar na janela para ver se o filho dela ou o marido dela está vindo pra casa a pé. Eu vejo isso aqui como um problema de arquitetura, até. São vários **prédios cegos pra rua**, eles não veem o que acontece na rua; acho que esse é um fator que ajuda também na **insegurança**.”

Com mais gente vendo a rua, fica muito mais difícil pras pessoas terem coragem de cometer um ato ilícito ali.”

Existe uma multiplicidade de opiniões com relação ao que causa segurança nas ruas embasadas as experiências pessoais de cada um na cidade. Jane Jacobs e o urbanista europeu Jan Gehl (2010), concordam ao colocar que ruas e as calçadas, principalmente locais públicos de uma cidade, consistem em seus órgãos mais vitais. Ambos apontam a diversidade de usos como um elemento que agrega segurança. Real ou percebida, a segurança é de fato crucial para a vitalidade das cidades mas a presença de movimento na rua pode ser refutada como fator de segurança. É possível que, ao ser indagada, uma mulher andado sozinha à noite prefira ruas desertas à ruas com bares cujo público fosse majoritário masculino. O mesmo poderia suceder com um jovem LGBTQI+. Não que as percepções de Jacobs e Gehl estejam equivocadas, mas as percepções de segurança podem mudar de acordo com as experiências vividas. As percepções do morador Fidelis, por exemplo, vão ao encontro das colocações de Gehl e Jacobs:

“As ruas ainda são muito escuras, árvores^[1] com podas irregulares, mal podadas. Por ter ruas muito escuras,^[2] a população não frequenta a rua noite, isso então é mais um momento de insegurança. Tem vários quarteirões aqui, por exemplo, que de noite não tem nenhum comércio, nenhum bar, nenhuma pararia...nada aberto; então essas regiões não tem trânsito de gente a pé também. Eu acho que isso é um outro fator que causa **insegurança: a iluminação e a falta de gente na rua [...]** Aqui o comércio a noite eu acho que é uma coisa que trás o movimento para o bairro, que ajuda o bairro a ficar mais seguro [...] Eu acho que esse medo que eu estava falando antes, que é uma coisa institucionalizada e midiática, ela afasta as pessoas dos espaços públicos.”

Já Cláudia contrapõe Jacobs, Gehl e Fidelis. Na percepção dela fatores socioeconômicos e desigualdade social são os verdadeiros gatilhos de insegurança e violência:

“Não é, definitivamente, a presença do comércio (que trás segurança para a rua). Hoje o bairro Ouro Preto, que tem um comércio enorme, tem uma **insegurança inacreditável**. Quase todos os dias tem assalto na padaria, nas farmácias, nos restaurantes. Quase todos os dias tem notícia de assalto nessa região. Acho que o comércio atrai o assalto porque é uma porta aberta onde circula dinheiro. A orla, que é um lugar que tem muito mais gente e tem um relativo comércio – pode ter bar, pode ter academia, tem clube, é onde tem maior concentração de assaltos à transeuntes. Não é nem nas ruas internas não.”

As experiências de moradia de Cláudia no bairro Bandeirantes e Fidelis no bairro Boa Viagem são distintas. Bandeirantes é um bairro projetado para ser residencial e com lotes unifamiliares de 1.000m². Já o bairro Boa Viagem, localizado na regional centro-sul, configura um bairro central e com uma grande diversidade de usos. Nesse caso é perceptível como a experiência de cada um dos entrevistados refletiu diretamente no imaginário que cada um tem da cidade. A discussão sobre segurança é sempre especializada e personificada, é preciso perceber que os parâmetros mudam de acordo com as vivências pessoais. Nesse contexto, as narrativas são importantes para mapear esses parâmetros e, assim, avançar nas possibilidades

de ação dentro de cada contexto específico. A compreensão dessas diferentes perspectivas revela, também, a necessidade de uma pedagogia urbana que envolva moradores, urbanistas e gestores públicos. A concepção que segurança está relacionada apenas à câmeras de segurança e à presença da polícia precisa ser debatida e revisitada.

2. Conclusão

Boaventura de Souza Santos (2007) sugere que o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal em que de um lado estão o conhecimento e direito modernos, as verdades científicas e, de outro, os conhecimentos populares, leigos, plebeus, camponeses ou indígenas – que se encontram além do verdadeiro e falso. Esses saberes que ocupam o “outro lado” da linha abissal são compreendidos como crenças, opiniões, idolatria, sentimentos subjetivos e intuitivos, nunca como um conhecimento real. Para o autor, é urgente e necessário desenvolver um pensamento pós-abissal que rompa radicalmente os modos ocidentais modernos de pensar e agir e que vá de encontro com a monocultura da ciência moderna. A incorporação das narrativas como dados de análise permite uma multiplicidade de respostas às questões cidadinas e ensaia uma tentativa, nas categorias de Boaventura, de romper com o pensamento abissal moderno. A partir da justaposição das narrativas se torna possível complexificar as leituras da cidade e, assim, repensar caminhos que nos levem a uma cidade mais plural.

Como percebido nos relatos, a cidade é apreendida de formas distintas por cada um. Existe uma complexidade e uma variação de fatores que causam contradições e divergências de percepção de morador para morador. A questão em jogo não é fazer inferências ou coletas de dados indutivas, mas conscientemente dar voz às pessoas, entendendo seu lugar de fala e suas vivências e experiências cotidianas.

Olhar para o micro-história urbana através das narrativas cotidianas permite perceber as contradições do sistema normativo, a fragmentação e a pluralidade de pontos de vista. Através da reversão da perspectiva, essa prática metodológica acentua as ações a princípio mais insignificantes e localizadas, e assim demonstra as lacunas e espaços deixados em aberto pelas complexas inconsistências de todos os sistemas. Essa abordagem busca não generalizar elementos individuais, mas antes acentuá-los. O desafio, como aponta Levi (1992), é elaborar um paradigma que dependa do conhecimento particular sem rejeitar a descrição formal e o conhecimento científico do próprio particular, buscando representações da cidade mais realistas e menos mecanicistas.

Agradecimentos

Agradeço ao núcleo de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da UFMG pela oportunidade de desenvolver essa pesquisa e à CAPES, órgão financiador.

3. Referências bibliográficas

COMPARTH, F. (2017). Vizinhanças táticas. Projeto-pesquisa - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

GEHL, J. (2010). Cidade para pessoas. São Paulo: Perspectiva.

JACOBS, J. (2001). Morte e vida de grandes cidades. São Paulo : Martins Fontes.

KAPP, S; BALTAZAR, A. (2012). The Paradox of Participation: A Case Study on Urban Planning in Favelas and a Plea for Autonomy. Bulletin of Latin American Research. 

LEVI, G. (1992). Sobre a micro-história. In: BURKE, P. A Escrita a história: novas perspectivas. (113 - 162) São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

SOUZA, M. L. (1988). O que pode o ativismo de bairro? Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós- Graduação em Geografia. (2010) : Mudar a cidade, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (2012): Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese? Rio De Janeiro: Passa Palavra.

Fontes eletrônicas

LÜSCHER, R.; ROSA, M.; SENNET, R.; WEILAND, U. (2015) Como criar cidades juntos? Belo Horizonte: PISEAGRAMA. sem número, 28 out. 2015. <<http://piseagrama.org/o-antropoceno>> Acesso: Jun. 2020.

NARRATIVA. In: DICIO Dicionário Online de Português. Brasil, 2009. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/narrativa>. Acesso em: Jun. 2020.

SANTOS, B. de S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. São Paulo: Novos estudos – CEBRAP. n. 79, p. 71-94, Nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: Jun. 2020.